

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.563, DE 2021

Revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe versa sobre a revogação de dispositivo do Código de Processo Civil que trata do prazo para interposição de recurso. Com a redação atual, o recorrente é obrigado a comprovar a ocorrência de feriado local, no ato de interposição da peça recursal, sob pena de configuração de vício insanável e, por consequência inevitável, a intempestividade do recurso.

A questão sempre foi objeto de entendimentos divergentes na jurisprudência pátria, tendo em vista que muitos julgados foram no sentido de não admitir a comprovação do feriado local em momento posterior à interposição do recurso. Por outro lado há aqueles que entendem que o vício formal de recurso tempestivo poderá ser desconsiderado ou corrigido, desde que não o repute grave.

Diante disso, o Projeto de Lei - de autoria do Deputado Carlos Bezerra - tem por objetivo pacificar tal regramento, suprimindo o § 6º, do art. 1003, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para acabar com a obrigação do recorrente no sentido de comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso.



A proposição foi distribuída para a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como do mérito, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva na Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria em apreço obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Quanto à competência, é legítima a iniciativa parlamentar para legislar sobre o tema.

No que tange à juridicidade, a proposição coaduna-se com o ordenamento jurídico vigente. A matéria em análise observa a adequação entre meios utilizados e fins pretendidos, além de inovar o ordenamento jurídico. Não conflita com as demais normas em vigor, amoldando-se, ainda, aos princípios gerais de direito. Impõe-se, portanto, o reconhecimento de sua juridicidade.

Não há reparos de técnica legislativa nas disposições examinadas, cuja redação observa rigorosamente os preceitos da Norma Legal.

Quanto ao mérito, entendemos conveniente o Projeto de Lei em apreço, pois, ao suprimir o § 6º, do art. 1003, do Código de Processo Civil, acaba com a necessidade de se comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, pacificando o entendimento sobre a tempestividade.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 4.563, de 2021 e, no mérito, votamos pela sua aprovação.



Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.

Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA
Relator

